

DUNAS CAPITAL

Gestão de Activos

Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário S.A.

DISCIPLINA DE MERCADO

2012

Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2007

NOTA INTRODUTÓRIA

A Dunas Capital – Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. (**Dunas Capital**), em cumprimento do disposto no artigo 18.º do Aviso n.º 10/2007, do Banco de Portugal, divulga o seu documento de “Disciplina de Mercado”.

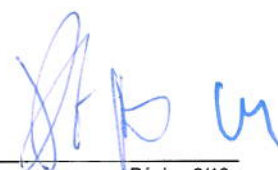
A informação apresentada reporta-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.

A publicação do documento “Disciplina de Mercado” veio complementar a divulgação ao mercado de informação, contribuindo para uma maior transparência, estabilidade e solidez do sistema financeiro português.

A divulgação pública de informação mais detalhada sobre a solvabilidade das Entidades, sobre os riscos incorridos, os processos e sistemas de avaliação implementados contribui para fortalecer os participantes no mercado, gerando pressões saudáveis e promovendo práticas mais seguras.

Os pontos referidos no Aviso e não mencionados no presente relatório não apresentam relevância significativa ou não são aplicáveis à Dunas Capital.

A informação apresentada tem subjacente uma ótica predominantemente prudencial, encontrando-se disponível para consulta no site da Dunas Capital, em www.dunascap.com, em conjunto com outra informação de interesse público para os investidores e que complementa a presente informação.



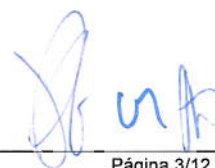
DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

O Conselho de Administração da Dunas Capital – Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A., com sede na Avenida da Liberdade nº 229 – 3º Andar, 1250-142 Lisboa, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único de matrícula e pessoa coletiva 506 292 622 declara, nos termos e para os efeitos expostos no Aviso 10/2007 do Banco de Portugal, que:

- Foram desenvolvidos todos os procedimentos considerados necessários e que, tanto quanto é do seu conhecimento, toda a informação divulgada é verdadeira, fidedigna e de qualidade;
- É adequada a qualidade de toda a informação divulgada, incluindo a referente ou com origem em entidades englobadas no grupo económico no qual a instituição se insere;
- Se compromete a divulgar, tempestivamente, quaisquer alterações significativas que ocorram no decorrer do exercício subsequente àquele a que o documento “Disciplina de Mercado” se refere.
- Para os devidos efeitos, e nos termos do mencionado Aviso n.º 10/2007 do Banco de Portugal (n.º2 do Anexo I), a informação constante do presente documento, divulgada com referência ao final do exercício de 2012, não sofreu no exercício subsequente de 2013 da influência de eventos susceptíveis de serem considerados fatos relevantes, no âmbito deste documento.

Lisboa, 31 de Maio de 2012

Conselho de Administração



ÂMBITO DE APLICAÇÃO E POLÍTICAS DE GESTÃO DE RISCO

a) Âmbito de Aplicação

Os requisitos enunciados no Aviso n.º 10/2007 do Banco de Portugal, aplicam-se à Dunas Capital enquanto instituição financeira sujeita à supervisão daquele organismo, obrigando-se a divulgar publicamente, e numa base anual, informação mais detalhada sobre a sua solvabilidade.

b) Objetivos e Políticas de Gestão de Risco

Funções de Gestão de Risco

Face dimensão dos volumes sob gestão e complexidade das atividades desenvolvidas pela sociedade gestora e atendendo à não obrigatoriedade prevista no Aviso n.º 5/2008 do Banco de Portugal (considerando o número de colaboradores e os proveitos operacionais), a mesma não possui uma função de Gestão de Risco independente. No entanto, estão implementados os mecanismos necessários para assegurar a aplicação efetiva do sistema de gestão de risco, através do acompanhamento contínuo por parte das Operações, Investimentos e Compliance, onde a gestão e identificação dos vários riscos que decorrem da atividade, tais como os riscos operacional, compliance, mercado, crédito, liquidez, cambial, reputação e de sistemas de informação, são identificados. Esta atuação é reverificada mediante decisões tomadas em Conselho de Administração, que passará a atuar como um órgão de controlo.

Os riscos identificados como significativos para a sociedade gestora são os seguintes:

Risco Operacional

A atividade corrente desenvolve-se através do estabelecimento de relações com diversas contrapartes do setor financeiro, as quais estão sujeitas a falhas que podem ter um impacto nas atividades da sociedade gestora.

A segregação de funções, os processo de controlo e reconciliação das operações realizadas e a permanente monitorização levada a cabo pelo Conselho de Administração/Comissão Executiva criam as condições necessárias para a regulação da atividade da empresa, permitindo a redução substancial deste risco.

O risco operacional é também controlado mediante a elaboração, por parte das áreas funcionais, de reportes mensais onde constam indicadores de “performance” da atividade e que são analisados em Comitês de Investimentos com a presença de todos os elementos do Conselho de Administração/Comissão Executiva.



Risco de Compliance

A sociedade encontra-se sujeita ao cumprimento de um alargado conjunto de normativos os quais têm alterações com bastante regularidade, pelo que é fundamental que se estabeleçam responsabilidades de acompanhamento e divulgação interna das alterações relevantes ao normal desenvolvimento da atividade.

O Compliance é responsável pelo acompanhamento da evolução da normativa aplicável bem como a sua divulgação e controlo de aplicação.

Encontram-se estabelecidos vários procedimentos e medidas, desenvolvidas pelo Compliance e Conselho de Administração/Comissão Executiva, que permitem o controlo e mitigação deste risco, entre os quais:

- Verificar e analisar mensalmente os reportes efetuados pela sociedade e exigidos pelas entidades regulatórias competentes;
- Garantir que os procedimentos e regulamentos são cumpridos por todos os colaboradores;
- Monitorizar os procedimentos implementados e concluir sobre a sua permanente adequabilidade, promovendo a sua adaptação ou substituição sempre que necessário;
- Verificar que todos os requerimentos legais estabelecidos pelas entidades de supervisão são cumpridos;
- Formar os colaboradores e garantir que o nível de competências é adequado à função exercida.

A atividade da Sociedade é auditada anualmente por auditores externos (Ernst & Young) e a atividade de gestão dos fundos de investimento é auditada (Deloitte & Associados SROC) com uma periodicidade semestral.

A atividade da Sociedade é acompanhada regularmente por uma Sociedade de Advogados (Cuatrecasas Gonçalves Pereira) que permanentemente monitoriza, informa e enquadra as responsabilidades perante as Autoridades de Supervisão e responsabilidades fiscais perante o Estado Português.

Risco de Mercado

Os capitais da sociedade apenas são investidos em depósitos junto de instituições financeiras, pelo que o risco de mercado para a sociedade não é relevante.

No entanto o risco de mercado é igualmente inerente à gestão de fundos e gestão de patrimónios e nunca poderá ser mitigado na sua totalidade.

O risco de cada carteira de gestão discricionária é definido e acordado entre o Cliente e a Sociedade Gestora, estando descrito no contrato de mandato de gestão. No caso da gestão de fundos, a política de investimento e risco será definida e divulgada nos prospets do respetivo fundo.

A Sociedade monitoriza permanentemente os riscos das carteiras e fundos procurando sempre que possível atenuá-lo através da diversificação dos ativos investidos. Os diversos ativos em carteira deverão ter características diferenciadoras (localização geográfica, capitalização bolsista, setores de atividade, etc.), de forma a diminuir a correlação da carteira ao mercado.

Além disso, procedemos a uma análise diária da composição da carteira e da envolvente macroeconómica, utilizando para isso o sistema Bloomberg como principal fonte de informação. A diversificação por tipo de ativo (ações, obrigações ou outros) e por região minimiza também o risco de mercado.

A política de investimento e visão macroeconómica é semanalmente divulgada e debatida em Comité de Investimento que conta com a presença de todos os colaboradores do Departamento de Investimentos, o administrador com o pelouro de distribuição e o administrador financeiro.

Risco de Crédito

Existem dois grandes riscos de crédito, nomeadamente a exposição ao banco onde estão sedeadas as contas segregadas dos nossos investidores e fundos de investimento mobiliário e o risco de crédito inerente aos investimentos em carteira.

De forma a colmatar o primeiro risco seleccionámos o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, um dos maiores e mais sólidos bancos espanhóis, como depositante da liquidez dos nossos clientes de gestão de patrimónios e o Banco BIC Português S.A. como depositante dos fundos de investimento mobiliário geridos pela Sociedade.

Quanto ao risco de crédito dos investimentos, cabe ao Comité de Investimentos a última decisão sobre os ativos que deverão compor as carteiras da gestão de patrimónios. Esta decisão deverá estar fundamentada numa cuidada análise, onde estão descritos os riscos e os objetivos de investimento (processo de due diligence).

Risco de Liquidez

Os capitais da sociedade apenas são investidos em depósitos junto de instituições financeiras e a sociedade não aceita depósitos nem pode emitir dívida própria pelo que o risco de liquidez para a sociedade não é relevante.

No âmbito dos investimentos realizados para os clientes de gestão e para os fundos de investimento utiliza-se predominantemente ativos negociados em mercados regulados e historicamente com elevada liquidez

O processo de análise e avaliação de cada um destes ativos é fundamental para assegurar uma mitigação deste risco, sendo a responsabilidade da sua execução atribuída ao departamento de investimentos.



Risco Cambial

A Sociedade auferir algumas receitas em dólares norte americanos, no entanto as mesmas são convertidas regularmente para euros pelo que o risco de câmbio para a sociedade não é relevante.

Quanto aos ativos dos clientes de gestão e fundos de investimento o risco de alteração das taxas de câmbio é analisado diariamente pela Direção de Investimentos de forma a verificar se está de acordo com o definido pela política de investimentos.

Habitualmente este risco é coberto na sua totalidade por contratos Forward ou futuros mas pontualmente poderá ser definido deixar em aberto parte deste risco. Neste caso trata-se de um risco assumido, sendo também alvo de uma constante monitorização.

Risco de Reputação

O desenvolvimento da nossa atividade está fortemente associada ao reconhecimento público de credibilidade e de reputação pelo que a perceção negativa da reputação tem impactos bastante negativos na atividade da sociedade.

O risco de reputação está inerente a uma atividade desta natureza, resultando ele das mais diversas fontes, seja o descontentamento de um cliente com a gestão da sua carteira, seja com um fato externo à empresa que a possa indiretamente atingir.

Este risco aumenta num contexto de crise nos mercados e da sua consequente maior volatilidade. A nossa permanente atenção e preocupação sobre todos os outros riscos enunciados é o melhor instrumento de estruturar a reputação e o bom nome da empresa.

Risco de Sistemas de Informação

O risco de sistemas de informação resulta da eventualidade da empresa deixar de ter acesso às suas habituais fontes de informação e como tal não possuir todos os elementos necessários para fundamentar às suas decisões de investimentos. Este risco é colmatado através de diversificação e redundância de algumas fontes, tais como o acesso à *Bloomberg*.



c) Funções de Compliance

A função de Compliance é desempenhada pelo Administrador responsável pela Direção Financeira, Operações e Compliance, que por sua vez reporta ao Conselho de Administração.

Apesar do Aviso n.º5/2008 do Banco de Portugal isentar a empresa da obrigatoriedade de independência da Função de Compliance (considerando o número de colaboradores e os proveitos operacionais), a Sociedade decidiu manter esta independência das restantes áreas funcionais porque pretende manter um nível de serviço e de controlo elevado, o que entende só ser possível se as diversas áreas atuarem de forma independente.

Considera-se que, através desta estrutura, é garantida uma função de Compliance independente, permanente e efetiva que controla o cumprimento das obrigações legais.

O Compliance é um departamento autónomo e considerado como sendo totalmente independente das outras áreas de funcionamento objeto de avaliação (incluindo a das operações), exigindo uma clara segregação de funções, no sentido de evitar conflitos de interesse e com funções e responsabilidades bem delineadas e claras.

A Gestão de Riscos da sociedade gestora passa não só por cumprir permanentemente as normas prudenciais, tais como as relativas aos valores mínimos exigidos entre o montante dos fundos próprios da sociedade gestora e o valor global das carteiras sob gestão, aos limites máximos relativos ao funcionamento dos fundos, aos rácios de fundos próprios e de solvabilidade (controladas pelo Compliance), mas também com manter um sistema de gestão de riscos que se baseia na identificação atempada do risco, na avaliação e acompanhamento do mesmo.

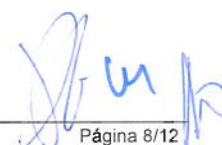
d) Funções de Auditoria Interna

Face à dimensão dos volumes sob gestão e baixa complexidade das atividades desenvolvidas pela sociedade gestora e tendo em conta o Aviso n.º 5/2008 que estipula a não obrigatoriedade de uma Função de Auditoria Interna independente (considerando o número de colaboradores e proveitos operacionais), a mesma não possui uma função de Auditoria Interna de carácter permanente, recorrendo ao Compliance e às Operações para desempenhar as tarefas associadas à função de auditoria interna e garantir o cumprimento das obrigações inerentes.

A Auditoria Interna, no âmbito da qual se avaliam os processos e procedimentos internos, é efetuada com uma periodicidade anual e com a elaboração e apresentação de informação interna.

Ao nível dos Investimentos, é efetuado atualmente com uma periodicidade semanal um relatório com as rentabilidades dos diferentes mercados e a evolução das posições atuais e maiores impactos na carteira de investimentos.

A informação é discutida e aprovada internamente no comité de investimento, que conta com a presença de todos os colaboradores do departamento de investimento, o administrador com o pelouro de distribuição e o administrador financeiro que é responsável pelo Compliance.



No que respeita ao relato financeiro (preparação e divulgação das demonstrações financeiras), este é efetuado pela área Financeira e de Operações, com a colaboração do técnico oficial de contas (externo à entidade). Estão instituídos procedimentos internos de verificação da concordância da informação proveniente dos sistemas de informação e aquela efetivamente apresentada nas Demonstrações Financeiras, de forma a garantir que todas as transações se encontram registadas. Posteriormente, é efetuada uma análise dos rácios reais face aos previstos no orçamento e expectativas estabelecidas pela Administração, de forma a garantir todas as divulgações necessárias, tendo em consideração os normativos aplicáveis aos fundos de investimentos mobiliários e imobiliários da sociedade gestora.

São efetuados mensalmente relatórios de análise de “performance” que, como anteriormente referido, são discutidos em sede de Conselho de Administração.

As transações consideradas no âmbito do fecho do ano (como sendo, estimativas de impostos, provisões para eventuais contingências, estimativas de comissões de “performance” a receber, entre outras) são efetuadas pelas respetivas Direções e sujeitas a supervisão final do Conselho de Administração.

ADEQUAÇÃO DE CAPITAIS

a) Caracterização das Componentes dos Fundos Próprios

Os fundos próprios da Sociedade são determinados com base no estabelecido no Aviso 12/92 do Banco de Portugal.

Em 31 de Dezembro de 2012 os fundos próprios eram constituídos pelas seguintes componentes:

- Capital Social: representado por 1.206.000 ações, de valor nominal de €1,00 por ação, totalmente realizado;
- Prémios de emissão: referem-se ao prémio pago pelos acionistas no aumento de capital;
- Outras reservas: referem-se aos montantes de resultados gerados em exercícios anteriores, retidos na sociedade sob a forma de reserva legal e reserva livre;
- Resultados transitados: referem-se aos montantes de resultados gerados em exercícios anteriores, não constituídos sob a forma de reservas, incluindo os impactos da adoção das NCA's;
- Resultados do exercício: encontram-se registados nesta rubrica os resultados negativos do exercício;
- Diferenças de reavaliação: resultam da reavaliação dos ativos financeiros disponíveis para venda;
- Ativos intangíveis: Inclui os montantes de ativos intangíveis, nomeadamente sistemas de tratamento automático de dados.



Componentes dos Fundos Próprios

Adequação de Capitais - Parte I	
Rúbrica	2012
1 - Fundos próprios totais para efeitos de solvabilidade	269.251
1.1. Fundos próprios de base	269.251
1.1.1. Capital elegível	1.215.250
1.1.1.1. Capital realizado	1.206.000
1.1.1.3. Prémios de emissão	9.250
1.1.2. Reservas e Resultados elegíveis	-932.090
1.1.2.1. Reservas	-472.772
1.1.2.4. Resultados do último exercício e provisórios do exercício em curso	-459.318
1.1.2.5. Diferenças de reavaliação elegíveis para fundos próprios de base	
1.1.4. Outros elementos elegíveis para os fundos próprios de base	
1.1.4.1. Impacto na transição para as NIC/NCA (impacto negativo)	
1.1.5. (-) Outros Elementos dedutíveis aos fundos próprios de base	-13.909
1.1.5.1. (-) Imobilizações incorpóreas/Activos Intangíveis	-13.909
1.6. Por memória	
1.6.3 Requisito mínimo de capital social	250.000
1.6.4. Fundos próprios de referência para efeito dos limites relativos aos grandes riscos	269.251

Adequação de Capitais - Parte II	
Rúbrica	2012
2 - Requisitos de fundos próprios	170.734
2.5. Requisitos de fundos próprios - Despesas gerais fixas	170.734

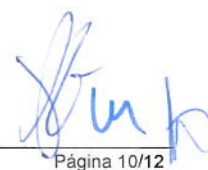
Adequação de Capitais - Parte III	
Rúbrica	2012
Excesso (+) / Insuficiência (-) de fundos próprios	98.517
Rácio de solvabilidade (%)	12,6%

O resultado líquido negativo apurado no exercício é consequência da fase inicial de desenvolvimento da Sociedade, que teve uma profunda alteração da sua estrutura acionista em 2010, a partir da qual a atual Administração veio a promover profundas alterações organizativas e de modelo de negócio.

Apesar de os resultados líquidos serem negativos é extremamente relevante os substanciais incrementos de volume sob gestão, quer no âmbito da gestão de fundos de investimento mobiliário quer na gestão discricionária de carteiras.

Para este incremento nos volumes sob gestão muito contribuiu o aprofundar da parceria com o Banco BIC Português S.A. bem como os acordos de distribuição estabelecidos com o Banco Best, que permitiram alargar o potencial de comercialização dos fundos geridos.

O desenvolvimento da atividade está assim a desenvolver-se de acordo o expetável, aguardando-se um equilíbrio da conta de resultados no exercício de 2013.



ICAPP

No âmbito da Instrução nº 15/2007, a Dunas Capital efetua a avaliação e a determinação do nível de capital interno subjacente ao perfil de risco da sociedade gestora.

A implementação de estratégias de negócio sustentáveis, no pressuposto de serem apoiadas por controlos adequados, em particular o planeamento da evolução do capital interno, é considerado fundamental para assegurar a sua adequação, numa base permanente, ao perfil de risco da sociedade gestora, tendo em consideração a dimensão dos volumes sob gestão e baixa complexidade das atividades desenvolvidas pela mesma.

Considera-se que as análises efetuadas com regularidade a nível de testes de esforço e controlo interno já vêm a refletir os métodos adotados para medir e gerir o risco e avaliar os efeitos potenciais que estes riscos podem vir a ter na condição financeira da sociedade gestora.

A Auditoria Interna, no âmbito da qual se avaliam os processos e procedimentos internos, é efetuada com uma periodicidade anual e com a elaboração e apresentação de informação interna.

No que respeita ao relato financeiro, estão instituídos procedimentos internos de verificação da concordância da informação proveniente dos sistemas de informação e aquela efetivamente apresentada nas Demonstrações Financeiras, de forma a garantir que todas as transações se encontram registadas. Posteriormente, é efetuada uma análise dos rácios reais face aos previstos no orçamento e expectativas estabelecidas pela Administração, de forma a garantir todas as divulgações necessárias, tendo em consideração os normativos aplicáveis aos fundos de investimentos mobiliários e da sociedade gestora.

São efetuados mensalmente relatórios de análise de “performance” que, como anteriormente referido, são discutidos em sede de Conselho de Administração.

A Gestão de Riscos da sociedade gestora passa não só por cumprir permanentemente as normas prudenciais, tais como as relativas aos valores mínimos exigidos entre o montante dos fundos próprios da sociedade gestora e o valor global das carteiras sob gestão, aos limites máximos relativos ao funcionamento dos fundos, aos rácios de fundos próprios e de solvabilidade (controlados pelo Compliance), mas também por manter um sistema de gestão de riscos que se baseia na identificação atempada do risco, na avaliação e acompanhamento do mesmo por via de um fluxo de informação interno.

RISCO DE CRÉDITO

No âmbito do risco de crédito, o principal risco da Dunas Capital decorre das aplicações que a sociedade tem junto das instituições de crédito, designadamente de depósitos à ordem no Banco Bilbao Vizcaya Argentaria e na Caixa Geral de Depósitos.

Para efeitos de determinação dos requisitos de fundos próprios, e conforme definido no n.º 1, do ponto 6 do aviso n.º 6/2007, a classe de risco das aplicações em instituições de crédito é isenta.

	Posição em Risco	Requisitos de Capital
Clase de Risco	2012	2012
Instituições de crédito	265.053	0

RISCO OPERACIONAL

De acordo com o decreto-lei n.º 103/2007 e com a carta-circular n.º 45/2008, do Banco de Portugal, a Dunas Capital não está sujeita ao apuramento de requisitos de fundos próprios para risco operacional, mantendo a avaliação dos aspetos de natureza qualitativa previstos no decreto-lei n.º 104/2007 e regulamentados pelo aviso n.º 9/2007, do Banco de Portugal.

